



Anais do Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais

29º Congresso · 2026 · ISBN 978-65-89012-07-8

O pensamento funcional e questões de gênero

Possíveis encontros de Judith Butler e Wilhelm Reich

Functional thinking and gender issues

Luiz Guilherme Sant'Angelo (1); Sandra Mara Dall'Igna Volpi (2)

(1) Centro Reichiano · Andradadas-MG · Brasil

(2) Centro Reichiano · Curitiba · Brasil

Resumo

Este trabalho propõe uma articulação entre o pensamento funcional de Wilhelm Reich e as teorias de gênero de Judith Butler, visando superar dicotomias tradicionais na psicologia e promover uma compreensão integrada das experiências humanas. A pesquisa explora como a cosmovisão dicotômica de sujeito versus ambiente tem limitado a abordagem clínica, negligenciando a correlação entre o mundo interno e externo. O pensamento funcional reichiano, ao buscar as dinâmicas da vida-viva para além de causas mecânicas ou categorias rígidas, oferece um caminho para analisar as vivências humanas de forma interconectada, onde sujeito e ambiente se influenciam mutuamente. Reich demonstrou preocupação constante com questões sociais e a saúde sexual, integrando aspectos subjetivos, sociais, emocionais e somáticos. Em paralelo, as teorias de Judith Butler desconstruem a naturalização do binarismo sexual, argumentando que o gênero não é uma essência, mas uma performance reiterada e uma construção discursiva, onde o sexo em si já é uma categoria de gênero. A convergência entre Reich e Butler reside na recusa de explicações estáticas e na valorização do processo contínuo da vida e do gênero, criticando as fixações – a couraça reichiana e a normatividade butleriana – como elementos que estrangulam a pulsação e a pluralidade da vida-viva. Essa articulação teórica fundamenta uma clínica afirmativa, que reconhece as identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes não como patologias, mas como expressões da diversidade humana. O sofrimento, nesse contexto, é frequentemente compreendido como resultado da violência simbólica e material de uma sociedade cisheteronormativa. A clínica reichiana, ao considerar o corpo como lugar de inscrição da história social e as normas de gênero como internalizadas, deve assumir uma postura ética e política de compromisso com os direitos humanos e a dignidade, promovendo a capacidade de autorregulação do organismo e a expressão vital. Resgatar o pensamento funcional em diálogo com as teorias de gênero é, portanto, uma tarefa urgente para a psicologia contemporânea, visando uma prática clínica que valorize a complexidade e a pluralidade das formas de existir.

Palavras-chave: Reich; Psicologia Corporal; Gênero; Pensamento Funcional; Judith Butler.

Abstract

This paper proposes an articulation between Wilhelm Reich's functional thinking and Judith Butler's gender theories, aiming to overcome traditional dichotomies in psychology and promote an integrated understanding of human experience. The study explores how the dichotomous

worldview of subject versus environment has limited clinical approaches by neglecting the interrelationship between the internal and external worlds. Reichian functional thinking, by seeking to understand the dynamics of living life beyond mechanical causes or rigid categories, offers a pathway for analyzing human experiences in an interconnected manner, in which subject and environment mutually influence one another. Reich consistently demonstrated concern with social issues and sexual health, integrating subjective, social, emotional, and somatic dimensions. In parallel, Judith Butler's theories deconstruct the naturalization of the sexual binary, arguing that gender is not an essence but rather a reiterated performance and a discursive construction, in which sex itself is already a gendered category. The convergence between Reich and Butler lies in their rejection of static explanations and their emphasis on the continuous processes of life and gender, criticizing forms of fixation—Reichian armoring and Butlerian normativity—as elements that constrain the pulsation and plurality of living life. This theoretical articulation provides a foundation for an affirmative clinical practice that recognizes dissident gender identities and sexual orientations not as pathologies, but as expressions of human diversity. In this context, suffering is often understood as a result of the symbolic and material violence of a cisheteronormative society. Reichian clinical practice, by considering the body as a site where social history is inscribed and gender norms are internalized, must adopt an ethical and political commitment to human rights and dignity, fostering the organism's capacity for self-regulation and vital expression. Revisiting functional thinking in dialogue with gender theories is therefore an urgent task for contemporary psychology, with the aim of developing a clinical practice that values the complexity and plurality of ways of existing.

Keywords: Reich. Body Psychology. Gender. Functional Thinking. Judith Butler.

O PENSAMENTO FUNCIONAL COMO CAMINHO PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO

A cosmovisão dicotômica de sujeito (mundo interno) *versus* ambiente (mundo externo), de indivíduo *versus* natureza, mente *versus* corpo, tem acompanhado a humanidade e, há uma tendência, principalmente na Psicologia dita clínica, a privilegiar o mundo interno, os processos psíquicos, a interioridade, aspectos simbólicos, sem considerar muitas vezes a correlação que o mundo externo exerce sobre a subjetividade e o contrário também.

O que pretendemos nesse trabalho é partir do pensamento funcional reichiano, que propõe a busca por funções da vida-viva e suas dinâmicas, para além de se fixar em causas mecânicas, místicas, categorias rígidas e metafísicas dos fenômenos humanos e fazer uma costura com as questões de gênero, pois como bem escreveu Reich (1975) a função é a unidade viva entre aquilo que aparentemente são coisas opostas.

O funcionalismo reichiano permite analisar as vivências humanas – diga-se de passagem, permite também compreender outros seres e fenômenos tidos como naturais – de modo que muitos aspectos coexistam, exerçam influência e alteração sobre si. Não há predileção de uma coisa ou outra, mas ambas (ou todas as coisas que participam) podem estar em interação, se influenciando, se alterando, se transformando. Nessa lógica,

sujeito e ambiente são elementos diferentes, mas se combinam, se compõem e se alteram; logo, não há predominância de um sobre outro, mas ambos têm importância e devem ser considerados – ainda mais quando estamos lidando com a clínica psicológica fundamentada em uma perspectiva reichiana.

Como se observa, Reich (1995) não foi um pesquisador que fragmentou suas investigações, mas caminhava sempre na direção da função comum dos fenômenos que a Ciência de seu tempo entendia como totalmente separados, por exemplo: aspectos subjetivos ou sociais, aspectos emocionais ou sexuais, aspectos somáticos ou cognitivos.

Essa visão funcionalista fez com que Reich não ficasse alheio às questões sociais de sua época (Volpi, 2012), mas fosse também um clínico ímpar, adentrando nas profundezas da psiquê humana e desvelando o impacto que uma sociedade gera sobre o funcionamento (função) de uma pessoa (caráter) e como esse caráter também faz manutenção de lógicas e dinâmicas sociais (Albertini, 2016). Implicado com as demandas do seu contemporâneo, Reich se dedicou a estudar e pensar uma metodologia que pudesse, de alguma forma, transformar a realidade interna e externa para que as pessoas tivessem mais dignidade em seu existir, principalmente em sua sexualidade.

Se olharmos para a trajetória de Reich veremos preocupações com a saúde sexual de trabalhadores, primeiro em Viena através da Sociedade Socialista para o Aconselhamento e a Investigação Sexual e depois na conhecida SEXPOL (Associação Alemã para a Política Sexual Proletária) como nos aponta Albertini (2011); com o desenvolvimento e a educação infantil no projeto “Crianças do Futuro” (Reich, 2013); com a ascensão do nazismo, descrito no texto “Psicologia de massas do Fascismo” (Reich, 2001); com a formação política dos psicanalistas, demonstrado no “Materialismo Dialético e Psicanálise” (Reich, 1977); com arranjos afetivos e relacionais pensando na questão do “Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?” (Reich, 1988).

Não custa perceber a importância que o aspecto social tem na obra reichiana (Boadella, 1985; Gabarron-Garcia, 2023), justamente por Reich buscar o ponto comum, o fluxo relacional de partes que aparentam estar dissociadas. Podemos dizer que a malha do tecido social está entrelaçada como a malha do tecido subjetivo, formando uma colcha em que aquilo que acontece no social afeta o subjetivo e este, afeta o tecido social, proporcionalmente.

Nesse sentido, de que existe um princípio comum, de uma correlação e uma indivisão entre as partes, trazemos as questões de gênero, que estão no limiar entre o subjetivo e

social, para construir um diálogo. Para isso, lançaremos mão de autores como Judith Butler (2018), Volpi (2011), Gabarron-Garcia (2023), Boadella (1985), Albertini (2011/2016) e Almeida (2025), na tentativa de ampliar as discussões sobre o pensamento funcional e gênero e prosseguir no que Reich iniciou no século passado.

Observamos que a clínica psicológica contemporânea tem revelado questões e demandas que exigem do profissional uma boa compreensão dos fenômenos sociais, para não incorrer na psicopatologização daquilo que é fundamentalmente humano. Superar a dicotomia sujeito *versus* ambiente, compreendendo a dimensão do impacto social nos processos de subjetivação e desse, nos processos sociais, ou seja, pensar funcionalmente, pode promover uma clínica afirmativa com mais *grounding*[\[1\]](#), conectada com a realidade interna e externa.

Se ter uma boa compreensão dos fenômenos sociais é importante para um clínico[\[2\]](#), quando se trata do Brasil isso ganha ainda mais importância (Almeida, 2025), pois há tantas realidades, que não compreender suas formas e funções pode prejudicar, e muito, a efetividade do trabalho psicoterapêutico. Um clínico que não tem leitura sobre gênero, raça e classe social, por exemplo, pode recorrer às logicas mecanicistas e/ou místicas para explicar fenômenos que necessitam de um olhar funcional, tal como proposto por Reich (1995).

O apelo desse trabalho se faz a partir do entendimento de que uma clínica reichiana é uma clínica que se fundamenta na mútua interação das partes, da mistura das dinâmicas sociais com cada subjetividade. A necessidade de delimitar o tema nos encaminhou para abordarmos questões de gênero nesse trabalho, como uma possibilidade de exercitar o pensamento funcional, considerando que sujeito e ambiente, subjetividade e cultura, psiquê e soma, se interagem, se alteram, se modificam e formam um fluxo *continuum*.

Gênero não é um tema simples (Volpi, 2008) e a ideia desse texto é lançar luz sobre a importância de que o clínico não precise ter uma alta performance com os conceitos e com as pluriformas de sexualidade, mas assuma para si – e para sua clínica – a mesma postura curiosa que moveu Reich em seus anos de pesquisa, a partir da busca pela função comum daquilo que se apresenta como oposto ou desconectado.

A clínica psicoterapêutica é um espaço de efervescência das dinâmicas sociais que atravessam e compõe o sujeito que escutamos – obvio, atravessa também o clínico que participa do caldo cultural contemporâneo. Por isso, resgatar e ampliar o pensamento funcional reichiano se faz necessário nesse momento histórico, em que as massas são

invadidas por um cenário social tão polarizado e catastrófico, tendendo a explicações esvaziadas e tolas, recorrendo apenas às lógicas mecanicistas e/ou místicas, o que, além de empobrecer o debate, inviabiliza a criação de políticas públicas coerentes.

Não dá mais para seguirmos fazendo uma clínica que se pretende reichiana, olhando apenas para os aspectos corporais ou energéticos, é preciso retomar a ideia de caráter, visto que nela está contida, obrigatoriamente, o germe do pensamento funcional, já que o caráter é uma das formas de manifestação do estancamento energético (Reich, 1998), que pode ser percebido tanto à nível corporal, cognitivo, simbólico e relacional, ou seja, o caráter é o denominador comum, que revela um funcionamento de partes de um mesmo organismo (pessoa) na interação com seu ambiente.

Explanar sobre o aspecto funcional da clínica reichiana e sua intersecção com a temática de gênero se coloca também como um ato político, como um posicionamento e um compromisso ético de zelar pelas diversas possibilidades de manifestação da vida-viva; se coloca ainda como uma tentativa de combater a peste emocional[\[3\]](#), através do conhecimento e reconhecimento da diversidade sexual, para que, quem sabe assim, possamos valorizar as formas de vida até que tenhamos organismos menos encouraçados.

A ideia tão cara a Reich de que a complexidade da vida não pode ser reduzida a meras explicações mecanicistas ou mesmo místicas (Reich, 2003) parece-nos estar sendo deixada de lado, já que compreender os fenômenos humanos requer investigar a função desses fenômenos. Ir além de explicações estáticas, rígidas, que muitas vezes coloca a experiência humana como algo fechado em si ou naturalmente dado, se coloca como possibilidade de diálogo com os estudos de gênero, que também contém uma perspectiva não-essencialista da sexualidade.

Isso nos conduz a seguinte elaboração: enquanto a pergunta da clínica freudiana se sintetiza em “o que é isso?”, em Reich, a questão passa a ser formulada como “qual a função disso?” (Reich, 1998). Considerando as dinâmicas sociais que tendem a estrangular as expressões da sexualidade, seus afetos, formas e diversidade, ter uma clínica reichiana que aplica o pensamento funcional nas questões de gênero, nos parece um respiro em meio a tanto sufocamento.

Resgatar o pensamento funcional, pode trazer outras possibilidades para o próprio campo da psicologia corporal, pois pensar funcionalmente é também considerar as relações de poder (Foucault, 1979) e seus impactos na constituição subjetiva. É seguir o legado reichiano assumindo uma postura ativa diante dos processos sociais e subjetivos,

fomentando transformações através da pulverização de conhecimento/informação.

A postura do analista reichiano deve ser afirmativa, valorizando os modos de expressão da vida-viva. Boadella (1995), em seu livro “Nos caminhos de Reich”, mostra a trajetória desse pesquisador e como ele foi implicado na construção de uma teoria que estivesse atenta às demandas sociais e subjetivas, sem separação, mas, em uma unidade funcional.

Presumimos assim que um clínico que não considera as múltiplas partes das existências e não aplica o pensamento funcional nas questões de gênero, corre o risco de reproduzir lógicas de ajustamento, de patologização e de descredibilização da própria pesquisa de Reich, que buscou incansavelmente compreender a função das dinâmicas sociais e subjetivas.

Os modelos de clínica – que se pretendem reichianas – que focam apenas no aspecto energético, desconsiderando as movimentações sociais, nos soa errático ao se intitularem como “psicologia corporal” e menos ainda como “reichianas”. Uma clínica embasada nas pesquisas de Reich é uma clínica que convoca o corpo para a cena analítica e, que corpo não está atravessado pelo campo social?

UM PSICANALISTA QUE FEZ A PSICANÁLISE FUNCIONAR?

Na obra “Uma História da Psicanálise Popular”, Florent Gabarron-Garcia (2023) dedica uma atenção especial à figura de Wilhelm Reich, situando-o como um ponto de inflexão decisivo no processo de difusão, transformação e politização da psicanálise ao longo do século XX. Ao abordar a importância de Reich, o autor não se limita a uma reconstrução biográfica ou doutrinária, mas enfatiza o alcance social e cultural de suas proposições, especialmente no que diz respeito à articulação entre subjetividade, corpo e política.

Gabarron-Garcia (2023) apresenta Reich como um herdeiro crítico de Freud, cuja contribuição fundamental consistiu em deslocar a psicanálise de um campo estritamente clínico e burguês para uma problemática mais ampla, atravessada pelas condições materiais de existência. A importância de Reich, segundo o autor, reside justamente na radicalização de certas intuições freudianas: ao insistir que o sofrimento psíquico não pode ser separado das estruturas sociais repressivas, Reich inaugura uma leitura da psicanálise profundamente comprometida com a crítica da ordem social vigente. Essa perspectiva é central para a noção de “psicanálise popular” que orienta o livro, entendida como uma psicanálise que se dirige às massas e não apenas às elites intelectuais (Gabarron-Garcia, 2023).

Nesse sentido, o autor ainda destaca que Reich foi um dos primeiros psicanalistas a integrar explicitamente a sexualidade, a economia política e a organização social em uma mesma matriz explicativa, o que nos faz pensar que desde o princípio, ainda que não o tivesse formulado, Reich partia de uma atuação baseada no pensamento funcional, pois já existia no início de sua trajetória uma tendência à integração das partes e complexificação dos fenômenos humanos.

Outro aspecto enfatizado é a centralidade do corpo na teoria reichiana. Gabarron-Garcia (2023) mostra como Reich rompe com uma tradição excessivamente verbal e interpretativa da clínica, ao conceber o corpo como lugar privilegiado de palco dos conflitos psíquicos e sociais. Essa ênfase corporal é apresentada como um elemento-chave para a popularização da psicanálise, pois torna seus conceitos mais tangíveis e acessíveis, ao mesmo tempo em que questiona a separação clássica entre soma e psique, o que vem ao encontro de que o pensamento funcional é estruturante em uma prática clínica que se pretende reichiana.

Por fim, o autor sustenta que a importância de Reich, no contexto da psicanálise popular, não deve ser avaliada apenas pelos limites ou controvérsias de sua obra, mas sobretudo por sua capacidade de abrir novas possibilidades de intervenção clínica e política. Reich aparece, assim, como uma figura paradoxal: ao mesmo tempo excluído do cânone e indispensável para compreender a expansão da psicanálise para além de seus enquadramentos tradicionais. É nessa tensão que Gabarron-Garcia (2023) reconhece sua relevância histórica e teórica, reafirmando Reich como um dos principais vetores da politização e da democratização da psicanálise.

O PENSAMENTO FUNCIONAL, FUNCIONA?

Embora Reich critique certas formulações metafísicas do vitalismo clássico, seu pensamento dialoga com tradições vitalistas ao afirmar a especificidade dos processos da vida. Ao mesmo tempo, adota uma postura monista, segundo a qual os fenômenos vitais, emocionais e energéticos pertencem a uma única realidade natural. Essa posição filosófica sustenta a ideia de que não há ruptura ontológica entre natureza e subjetividade (Stolkiner, 2008).

No pensamento funcional, a função substitui a causalidade linear como categoria explicativa fundamental. A função refere-se à relação viva entre fenômenos, na qual diferentes manifestações podem ser compreendidas como expressões de um mesmo processo subjacente. Assim, emoções, tensões musculares, padrões respiratórios e

comportamentos não são vistos como eventos isolados, mas como funções interdependentes de um mesmo sistema energético-vital.

Jorge Stolkiner, foi quem organizou e sistematizou de forma didática as ideias de Reich sobre o pensamento funcional. Em seu livro “Abrindo-se aos mistérios do corpo”, ele apresenta quatro leis descritivas e aplicáveis do funcionalismo reichiano.

A **primeira lei** seria “a realidade é movimento puro” (Stolkiner, 2008, p.40), como propôs Reich, o princípio de tudo seria energético e, esta energia estaria em constante movimento, logo a realidade está determinada por um fluxo e não por uma imobilidade, por fixação. O autor segue afirmando que todo fenômeno corporal ou psíquico deve ser compreendido a partir da função que exerce no conjunto da vida da pessoa.

Um sintoma, nessa perspectiva, não é um erro ou falha isolada do organismo, mas uma resposta funcional a determinadas condições internas e externas. O corpo comunica por meio do sintoma, expressando necessidades, conflitos ou adaptações que não encontraram outra via de elaboração. Assim, o pensamento funcional desloca o foco da causalidade linear para o sentido funcional do adoecimento.

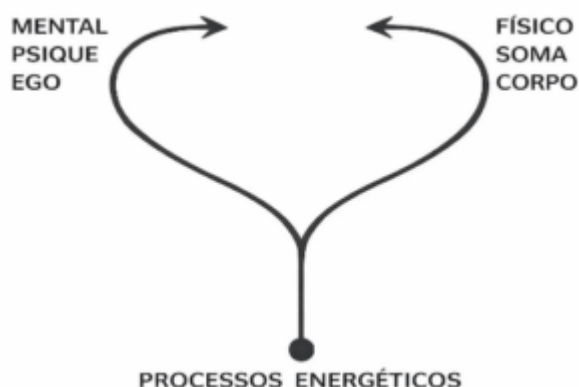
A **segunda lei**, “Campo Único” sustenta que o ser humano não pode ser fragmentado em partes independentes. Corpo, psiquismo, história de vida e contexto relacional formam uma unidade dinâmica. Qualquer manifestação sintomática deve ser entendida como expressão dessa totalidade em movimento. Para Stolkiner (2008), a análise isolada de órgãos ou funções perde de vista a complexidade do sujeito, sendo necessário um olhar que considere as inter-relações entre os diferentes níveis da experiência humana.

A **terceira lei** “da escala” ou “do isomorfo”, que compreende a ideia de que coisas com origem opostas ou muito diferentes, têm funcionamentos iguais ou muito parecidas. Stolkiner (2008) exemplifica ao dizer que Reich pesquisava as células e ao entender seu funcionamento, aplicava aquela compreensão também em seus pacientes no consultório; já o que entendia do funcionamento dos seus pacientes aplicava nas pesquisas com nuvens e assim por diante, pois para Reich, os fenômenos da vida-viva são fractais, ou seja, uma parte contém em si o todo.

Por fim, a **quarta lei** em que “todo fenômeno da realidade é triplo”, enfatiza que a vida é processo e transformação contínua, que se dá na interação de dois elementos, resultando em um terceiro ou o triplo. Stolkiner (2008) nos lembra que Reich fora bastante influenciado pela dialética, método que consiste em identificar uma tese, que conflita com uma antítese, gerando uma nova tese e esse processo pode se seguir *ad aeternum*, o que

o levou a aplicar essa lógica em suas pesquisas. Reich chama de “princípio funcional comum” (Stolikner, 2008, p. 74) um ponto que gera dois novos pontos e esses dois pontos anteriores que se coadunam ou colidem-se, formando um terceiro (triplo). Essa ideia foi diagramada por Reich, da seguinte forma:

Esse diagrama sintetiza de forma muito concreta o que Reich entendia por princípio funcional comum ou identidade funcional, que é a base do pensamento funcional. As partes não são independentes ou isoladas; apesar de apostas, têm uma mesma origem, uma mesma função.



Stolkiner (2008) ainda desenvolve a ideia do absoluto imóvel (fixo), uma busca humana por bloquear o movimento puro, por não suportar se perceber nesse imponderável, na falta de previsibilidade, de controle. Vemos em Reich (1995) que essa força de frear o movimento puro da vida-viva, gera o que ele chamou de couraça, que é o bloqueio psicológico e somático, da energia que circula no organismo e ao seu redor.

GÊNERO *SUI GENERIS*

O debate contemporâneo sobre gênero e sexualidade foi profundamente transformado pelas obras de Judith Butler (2018), especialmente a partir da publicação de “Problemas de Gênero”, em 1990. Butler questiona as bases ontológicas do sujeito e a naturalização do binarismo sexual, propondo que o gênero não é uma essência, mas uma performance reiterada.

No Brasil, essa discussão ganha relevância ética e política na Psicologia, uma vez que o Sistema Conselhos de Psicologia: Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP's), tem se posicionado firmemente contra a patologização das identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes. Buscamos, de forma breve nesse trabalho, trazer alguns conceitos fundamentais da teoria butleriana, para que, a

posteriori possamos tentar uma articulação com o pensamento funcional reichiano.

Tradicionalmente, o sexo biológico é compreendido como a base material, anatômica e hormonal (macho/fêmea) sobre a qual a cultura construiria o gênero. Butler (2018) desafia essa premissa, argumentando que o sexo já é, em si, uma categoria de gênero. A materialidade do corpo não é um dado bruto da natureza, mas o efeito de um aparato discursivo que seleciona certos traços biológicos para produzir a ilusão de uma dualidade natural. Como aponta Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2023), a pergunta ‘é menino ou menina?’ não apenas descreve um fato biológico, mas inicia uma tecnologia de gênero que prescreve comportamentos, cores e expectativas futuras.

Ainda de acordo com o CREPOP, a designação do sexo ao nascer é um ato de poder que “produz” o corpo que pretende apenas descrever. A existência de pessoas intersexo, por exemplo, evidencia como a medicina intervém cirurgicamente para “corrigir” corpos que não se enquadram no binarismo, provando que o sexo biológico é uma norma regulatória, e não uma verdade biológica absoluta (CREPOP, 2023).

Para Butler, o gênero não é um atributo estável do sujeito, mas um “fazer” constante. A autora rompe com a distinção clássica do feminismo de segunda onda entre sexo (biológico) e gênero (cultural). Butler argumenta que o próprio sexo já é uma construção discursiva, moldada por normas regulatórias que produzem a ilusão de uma natureza binária[4] (Butler, 2018).

“O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2018, p. 54). Nesse sentido, o gênero é performativo: ele produz aquilo que nomeia. Não existe um “eu” pré-existente ao gênero; o sujeito é constituído através da repetição de normas que ditam o que é ser homem ou mulher. Essa repetição nunca é perfeita, o que abre brechas para a subversão e a paródia, elementos centrais da Teoria *Queer*[5].

Enquanto o gênero foi historicamente definido como a interpretação cultural do sexo, Butler (2018) propõe que o gênero é o próprio mecanismo pelo qual o sexo é produzido. A identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. A inovação de Butler (2018) reside em negar que o gênero seja uma “essência” ou um “núcleo interno” do eu. Não há um “ser” homem ou mulher que precede o “fazer” de gênero. O gênero é, portanto, uma

construção social reiterada que adquire a aparência de naturalidade através da repetição. A performatividade (ou expressão) de gênero não deve ser confundida com uma “escolha” ou uma “atuação teatral” voluntária. Trata-se de uma imposição social que começa antes mesmo do nascimento. A performatividade de gênero diz respeito às manifestações externas do sujeito — vestimenta, comportamento, voz, maneirismos — que são lidas socialmente como masculinas, femininas ou andróginas.

É importante distinguir identidade (quem eu sou) de expressão (como eu me apresento). Butler (2018) utiliza o exemplo da *drag queen* para ilustrar que a expressão de gênero não revela uma verdade interior, mas expõe o caráter imitativo de todo gênero. A performance *drag* subverte a ideia de que existe um gênero “original”, mostrando que o gênero “normal” é também uma performance, apenas uma que é socialmente sancionada e naturalizada.

A orientação sexual, por sua vez, é frequentemente vinculada de forma normativa ao gênero e ao sexo. A matriz de pensamento heterossexual exige que, para um sexo determinado, corresponda um gênero específico e um desejo direcionado ao “oposto”. Butler (2018) desafia essa linearidade, mostrando que o desejo não decorre naturalmente do corpo, mas é organizado por discursos de poder (Butler, 2018). A Teoria *Queer* surge como uma ferramenta de desestabilização dessas categorias fixas. Ela não busca uma nova identidade, mas a crítica constante às normas que excluem os corpos considerados “abjetos” — aqueles que não se conformam à norma cisheterossexual.

Seguindo ainda nas trilhas de Butler (2018), podemos compreender que a orientação sexual se refere à capacidade de cada pessoa sentir atração emocional, afetiva e sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero.

A Teoria *Queer* desconecta essas categorias da cisheteronormatividade[6], permitindo que o desejo flua sem a necessidade de uma base biológica ou identitária fixa. Na Psicologia, essa distinção é vital para evitar a confusão comum entre transgeneridade (identidade) e homossexualidade (orientação), garantindo um atendimento que respeite a singularidade de cada trajetória.

Ao clínico se faz necessário que seja introduzido nessa temática de gênero, compreendendo as lógicas da cisheteronormatividade, que é um sistema de poder que estabelece a cisgeneridade e a heterossexualidade como os únicos padrões de normalidade e humanidade (CREPOP, 2023). Aqueles que escapam a essa norma são frequentemente submetidos a processos de patologização, marginalização e violência.

Na Psicologia, o reconhecimento da cisheteronormatividade é crucial para entender que o sofrimento psíquico da população LGBTQIAPN+[\[7\]](#) não é inerente às suas identidades, mas fruto de uma estrutura social opressiva. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da Resolução nº 01/1999 e da Resolução nº 01/2018, estabelece que a homossexualidade e as identidades trans não são doenças e proíbe qualquer prática de “cura” ou conversão.

O CREPOP reforça que a atuação profissional deve ser pautada pela laicidade e pelo compromisso com a democracia, combatendo o “racismo religioso” e as ofensivas antigênero que tentam naturalizar a família patriarcal como a única forma legítima de existência (CREPOP, 2023).

REICH E BUTLER, COMO UM PAR FUNCIONAL

Butler e Reich têm um pressuposto em comum – a vida, assim como a sexualidade são móveis, plásticas, passíveis de novas construções. O contrário disso para Butler seria a normatividade e para Reich, o encorajamento; tanto a norma, como a couraça, estrangulam e, não poucas vezes matam, a pulsação e a pluralidade da vida-viva, pois os conceitos são fixações para Butler, assim como para Reich a formação das couraças surgem a partir de um absoluto imóvel, também uma fixação da energia orgone.

Pensando funcionalmente a partir de Reich e as questões de gênero a partir de Butler, podemos supor uma tentativa de discursos e práticas sociais que fazem barreira diante de alguns fluxos de sexualidades. O que foge do padrão cisheteronormativo, encontra obstáculos para se desenvolver e se expressar. Isso nos põe em face com a ideia de uma sexualidade fixa, estática. Vale aqui uma observação de que, algumas vezes, as próprias teorias sobre gênero, muitas vezes produzem um cerceamento das possibilidades de sexualidade, afirmando que “se nasce assim ou assado” ou ainda, “ou você é uma coisa, ou outra coisa, não dá para ser as duas”, o que se convencionou chamar de essencialismo [\[8\]](#).

Longe da ideia de essência, concordamos com Butler, de que as categorias de gênero podem ser fluídas, não encerradas em si mesmo. Repensar gênero a partir de uma lógica funcional, é ampliar a compreensão para além das partes, do binarismo, do normativo, é poder pensar como pessoa (organismo) em suas relações, pode organizar sua economia sexual.

Durante essa escrita, nos propomos a relacionar a terceira lei do pensamento funcional (isomorfo ou escala) proposta por Stolkiner (2008), com as questões de gênero e isso nos provocou bastante. Pensamos que cada pessoa é um fractal funcional da sexualidade humana, mas claro, isso sendo entendido em uma perspectiva funcionalista e não literal, representacional ou identitário. Assim como o organismo expressa em cada célula a lógica do todo, a sexualidade expressa, em cada singularidade, o movimento geral da vida.

Imagine: e se cada função da vivência da sexualidade de alguém fosse uma pequena fotografia da totalidade da sexualidade de toda humanidade? Uma função de sexualidade conteria em si todas as demais? Talvez, pensar fractal e funcionalmente, pode nos colocar a responder essas perguntas, entendendo que, tanto as experiências cisheteronormativas e as não cisheteronormativas, já teriam em si toda pluralidade e diversidade, ou seja, a sexualidade de cada pessoa seria uma porção de como a sexualidade geral pode ser plural e rica em seus afetos, arranjos relacionais e corpos.

Se não for assim, incorremos na lógica de exterminar uma forma ou outra, demonizar a heterossexualidade ou as dissidentes, mesmo elas sendo formas de expressão da sexualidade humana. Por tanto, compreender a função das sexualidades, muito mais que as formas, é um chão necessário para a clínica psicológica contemporânea pisar.

Outra questão que se coloca é: se cada pessoa em sua sexualidade, seja qual for, contém em si um fractal de toda pluralidade, o que impediria que cada um, em seu fluxo e em sua dialética, de seguir o movimento puro da vida-viva?

Para respondê-la, recorreremos à premissa funcional de que existirá um absoluto imóvel (fixo) que tentará barrar o movimento puro; podemos encontrar tentativas de discursos e práticas sociais de fazerem barreira a alguns fluxos de sexualidades, por meio de preconceitos como homofobia e a transfobia; assim o que escapa do padrão cisheteronormativo, encontra obstáculos para se desenvolver e se expressar. Isso nos põe em face com ideias de que os padrões de sexualidade devem ser sempre fixos, imutáveis e não reformulados.

No âmbito da Psicologia Corporal, essa discussão adquire particular relevância ao se observar os impactos que as normas de gênero, internalizadas e inscritas no corpo desde a infância, exercem na postura, nos padrões respiratórios e na expressão emocional (Volpi & Volpi, 2003).

Tanto Butler, como Reich com seu pensamento funcional reichiano, oferecem uma lente para compreender o gênero como uma função da vida-viva que, sob a influência da peste

emocional e da moral patriarcal, pode resultar na formação de couraças rígidas (Reich, 2001).

A desconstrução das binaridades de gênero na prática clínica é um jeito de aplicar o pensamento funcional, pois, possibilita que o paciente resgate sua potência pulsional, superando as categorias socialmente impostas para sua sexualidade. Dessa forma, o gênero é redefinido, deixando de ser um destino biológico ou uma categoria estática para ser compreendido como uma dinâmica fluida da expressão do *self*.

Levando às últimas consequências o pensamento funcional reichiano em confluência com as ideias de Butler, podemos inferir que a sexualidade não é orientação, identidade ou comportamento isolados, mas, uma função energética e relacional, que apresenta um modo singular do organismo pulsar, vincular-se, buscar prazer, sentido de existir e uma expressão concreta da economia energética global do indivíduo.

O PAR FUNCIONAL REICH-BUTLER: ORIGEM DE UMA CLÍNICA AFIRMATIVA

A perspectiva funcional proposta por Reich permite superar dicotomias clássicas que marcam a história da Psicologia e da humanidade de forma geral, tais como mente ou corpo, indivíduo ou sociedade, natureza ou cultura. Ao evidenciar que tais oposições são construções artificiais, Reich antecipou debates que só mais tarde seriam amplamente desenvolvidos pelas ciências humanas e sociais.

A pessoa deixa de ser concebida como uma entidade isolada, encerrada em sua interioridade, para ser compreendida como um organismo em permanente interação com o ambiente, afetado e afetando as condições sociais em que está inserido. A importância dessa formulação torna-se ainda mais evidente quando se considera a clínica psicológica contemporânea.

As demandas que chegam ao consultório são atravessadas por questões sociais complexas, como desigualdades de gênero, normas sexuais, relações de poder, opressões, violências e processos de exclusão. Uma clínica que se limita à dimensão intrapsíquica e energética, corre o risco de patologizar experiências que são, em grande medida, respostas funcionais a contextos sociais disfuncionais e opressivos. O pensamento funcional oferece, portanto, mais que uma base teórica, mas uma ética para uma prática clínica que reconheça o sofrimento como um fenômeno relacional.

Nesse ponto, o diálogo com os estudos de gênero, especialmente com a obra de Judith Butler, revela-se particularmente fecundo. Butler propõe uma crítica radical às concepções essencialistas de sexo e gênero, argumentando que o gênero não é uma essência natural, mas uma performance reiterada, produzida por normas sociais regulatórias. Assim como Reich questiona a naturalização dos padrões caracteriais e da sexualidade, Butler desmorona a ideia de que existam identidades de gênero fixas e biologicamente determinadas.

A convergência entre essas perspectivas reside na recusa de explicações estáticas e na valorização do processo. Para Reich, a vida-viva é movimento, pulsação e transformação contínua. Para Butler, o gênero é um fazer incessante, nunca plenamente concluído, sempre suscetível à repetição, à falha e à subversão. Em ambos os casos, a fixação aparece como uma tentativa de conter o fluxo da vida, como um absoluto imóvel, seja por meio de couraças corporais e psíquicas, seja por meio de normas sociais que regulam os corpos e os desejos.

A partir dessa articulação teórica, torna-se possível compreender o gênero como uma função da vida-viva, isto é, como uma forma singular de organização da economia sexual e afetiva de cada sujeito em relação ao seu contexto histórico e cultural. Pensar gênero funcionalmente implica abandonar categorias rígidas e abrir espaço para a compreensão da diversidade das experiências humanas. Tal postura não significa negar a materialidade do corpo, mas reconhecer que essa materialidade é sempre mediada por discursos, práticas sociais e relações de poder.

No âmbito clínico, essa compreensão sustenta a proposta de uma clínica afirmativa. Diferentemente de abordagens que buscam ajustar o sujeito às normas vigentes, a clínica afirmativa parte do reconhecimento de que as identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes não constituem patologias. O sofrimento frequentemente associado a essas experiências decorre, em grande medida, da violência simbólica e material produzida por uma sociedade cisheteronormativa, que impõe modelos restritos de corpo, desejo e relação.

A clínica afirmativa, fundamentada no pensamento funcional, tem como objetivo ampliar a capacidade de autorregulação do organismo, favorecendo a expressão vital e o contato consigo e com o mundo. Isso implica uma escuta atenta das marcas corporais e emocionais deixadas pelas experiências de exclusão, sem reduzi-las a sintomas isolados.

O corpo, nesse contexto, é compreendido como lugar de inscrição da história social, revelando tensões, bloqueios e padrões de adaptação que foram necessários para a sobrevivência em contextos adversos. As normas de gênero são internalizadas desde a infância, influenciando posturas, padrões respiratórios, expressões emocionais e modos de relação. Uma clínica que se pretende reichiana precisa, portanto, considerar essas dimensões, reconhecendo que não há corpo neutro ou desvinculado do campo social. Ignorar essas determinações equivale a reproduzir práticas de ajustamento que contradizem o próprio legado de Reich.

Assumir uma postura clínica afirmativa é também um ato político. Não há neutralidade possível quando se trata de gênero e sexualidade, pois o silêncio ou a omissão diante das normas opressivas contribui para sua manutenção. A escolha por uma clínica que valide as experiências dissidentes, que problematize as categorias normativas e que reconheça o sofrimento como efeito de relações de poder está alinhada ao compromisso ético da Psicologia com os direitos humanos e com a promoção da dignidade.

Além disso, a articulação entre pensamento funcional e gênero amplia a própria noção de saúde. Se a saúde está relacionada à capacidade de pulsação, de entrega e retração, de contato pleno com as próprias sensações e afetos, então qualquer sistema social que impeça essas possibilidades produz adoecimento. As normas de gênero rígidas funcionam como dispositivos de controle que restringem a expressão da sexualidade e da afetividade, comprometendo a vitalidade do organismo.

Por fim, resgatar o pensamento funcional de Reich, em diálogo com as teorias contemporâneas de gênero, revela-se uma tarefa urgente para a Psicologia. Trata-se de afirmar a complexidade da vida, resistir às explicações reducionistas e sustentar práticas clínicas comprometidas com a pluralidade das formas de existir. Uma clínica verdadeiramente reichiana, no contexto atual, só pode ser uma clínica afirmativa, que reconhece o sofrimento em sua dimensão social, valoriza a diversidade e aposta na potência transformadora da vida-viva.

NOTAS

[1] **Grounding** é um processo energético em que o fluxo de excitação percorre o corpo da cabeça aos pés, dando à pessoa sentimentos genuínos de conexão consigo, com o outro e com a realidade (WEIGAND, 2005).

[2] **Clínico:** faremos opção por esse termo para nos referirmos aos profissionais do campo “psi”, que atuam com psicoterapia, visto que no Brasil, esse ofício não é restritivo ao profissional da psicologia.

[3] **Peste emocional:** Em *Análise do Caráter* (1998), Reich afirma que a peste emocional é a manifestação social organizada do caráter neurótico — quando indivíduos estruturalmente adoecidos passam a agir politicamente, moralmente ou institucionalmente movidos por ódio à vida, à espontaneidade e à liberdade sexual. Para ele, ela é um fenômeno histórico recorrente, responsável por perseguições, autoritarismos e movimentos de massa destrutivos. A tese de Almeida (2025), discorre bem sobre esse tema, pensando a nível de Brasil.

[4] **Natureza binária:** O binarismo de gênero (ou binariedade de gênero) é uma estrutura social e cultural que classifica o gênero em duas formas distintas, opostas e supostamente fixas: masculino e feminino. Esse sistema pressupõe que o gênero de uma pessoa deve estar alinhado ao seu sexo biológico atribuído ao nascimento.

[5] **Teoria Queer:** é um campo de estudo crítico, surgido nos anos 90, que analisa gênero e sexualidade como construções sociais fluidas, e não essências biológicas fixas. Ela busca subverter normas heterocentradas e binárias, questionando “o que é normal” e defendendo a desconstrução de identidades cristalizadas para dar voz a experiências “estranhas” ou periféricas.

[6] **Cisheteronormatividade:** é um sistema social e cultural que assume a cisgeneridade (pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer) e a heterossexualidade como as únicas normas naturais e legítimas. Ela marginaliza identidades trans e orientações não-heterossexuais, tratando-as como desvios ou exceções.

[7] **LGBTQIAPN+:** Lésbicas, Gays, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticos/Agêneros, Pansexuais, Não-binários, o + indica que a sigla está em constante transformação e pode-se incluir mais iniciais. Essa sigla representa a diversidade de orientações sexuais, identidades de gênero e expressões da comunidade.

[8] O **essencialismo** de gênero é a crença de que homens e mulheres possuem características, comportamentos e papéis intrínsecos e imutáveis, determinados estritamente pela biologia. Essa teoria, amplamente criticada como ultrapassada e prejudicial, ignora fatores sociais e culturais, justificando estereótipos que limitam as possibilidades individuais e perpetuam desigualdades.

Referências

- ALBERTINI, Paulo. Wilhelm Reich: percurso histórico e inserção do pensamento no Brasil. **Boletim de Psicologia**, v. 61, n. 135, p. 159-176, 2011.
- ALBERTINI, Paulo. **Na psicanálise de Wilhelm Reich**. São Paulo: Zagodoni, 2016.
- ALMEIDA, Gabriel P. **Correndo para o abraço: Reich e o Brasil – entre a peste e a potência**. 2025. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025.
- BOADELLA, David. **Nos caminhos de Reich**. São Paulo: Summus, 1985.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 01/1999**: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: CFP, 1999.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 01/2018**: Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília: CFP, 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+**. Brasília: CFP/CREPOP, 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GABARRON-GARCIA, Florent. **Uma história da psicanálise popular**. São Paulo: Ubu, 2023.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução Renato Aguiar. – 1ª. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- REICH, Wilhelm. **A função do orgasmo**. São Paulo: Martins Fontes. 1995.
- REICH, Wilhelm. **Análise do Caráter**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REICH, Wilhelm; ALZON, Claude. **Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura?** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- REICH, Wilhelm. **Crianças do futuro: sobre a prevenção da patologia sexual**. Tradução de José Henrique Volpi e Sandra Volpi. Curitiba: Centro Reichiano, 2013.
- REICH, Wilhelm. **Éter, Deus e o Diabo e Superposição Cósmica**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- REICH, Wilhelm. **Materialismo Dialético e Psicanálise**. Tradução de Joaquim José Moura Ramos. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. Tradução de Maria da Graça M. Macedo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VOLPI, José Henrique. Um panorama histórico de Wilhelm Reich. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara. **Psicologia Corporal**. Revista Online. ISSN-1516-0688. Curitiba: Centro Reichiano, Vol. 13, 2012. Disponível em <<https://www.centroreichiano.com.br/artigos/Artigos/Um->

[panorama-historico-de-Wilhelm-Reich-VOLPI-Jose-Henrique.pdf](#)> Acesso em 01/12/2025.

VOLPI, Sandra Mara. Reflexões sobre sexualidade, corpo, relações de gênero e caráter. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.). **Anais**. 3ª JORNADA INTERESTADUAL DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. Balneário Camboriú/SC. Centro Reichiano, 2011. Disponível em <<https://www.centroreichiano.com.br/artigos/Anais-2011-SC/VOLPI-Sandra-Reflexoes-sobre-sexualidade.pdf>>. Acesso em: 01/12/2025.

WEIGAND, Odila Quartim Barbosa. **Grounding na análise bioenergética**: uma atualização. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/15583/1/Dissertacao%20Odila%20Weigand.pdf>>. Acesso em: 25/02/2026.

Credenciais dos autores

Luiz Guilherme Sant'Angelo

Psicólogo (CRP-04/45876) (Pitágoras-MG). Especialista em Psicologia Clínica Psicodinâmica (UNIARA). Cursando Especialização em Psicologia Corporal, com habilitação para atuar como Psicoterapeuta e Analista Corporal de abordagem reichiana e bioenergética, pelo Centro Reichiano, Curitiba/PR.

Sandra Mara Dall'Igna Volpi

Psicóloga (CRP-08/5348) (PUC-PR), Analista Bioenergética (CBT) e Supervisora em Análise Bioenergética (IABSP). Especialista em Psicoterapia Infantil (UTP). Psicopedagoga (CEP-Curitiba). Mestre em Tecnologia (UTFPR). Especialista em Acupuntura clássica e Método Ryodoraku (eletrodiagnóstico computadorizado de medição da energia dos meridianos do corpo) (IBRATE). Diretora do Centro Reichiano, Curitiba/PR.

Como citar este trabalho

SANT'ANGELO, Luiz Guilherme; VOLPI, Sandra Mara Dall'Igna. O pensamento funcional e questões de gênero. In: Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais, 29, 2026. Curitiba: Centro Reichiano. ISBN 978-65-89012-07-8. Disponível em: <https://centroreichiano.com.br/anais/o-pensamento-funcional-e-questoes-de-genero/>. Acesso em: 31/08/2026.